

A CERÂMICA NO QUOTIDIANO COLONIAL PORTUGUÊS

O CASO DE SALVADOR DA BAHIA

CARLOS ETCHEVARNE Universidade Federal da Bahia
JOÃO PEDRO GOMES CEAUCP

RESUMO Algumas considerações sobre o cotidiano da cidade Salvador da Bahia, no século XVII, podem ser inferidas a partir dos vestígios cerâmicos coletados durante as escavações efetuadas na atual Praça da Sé. Esse setor da cidade era ocupado pela igreja primacial, com algumas dependências, e constituía, naquele período, um *locus* de representação do poder religioso na capital da colônia com fortes vínculos com o staff administrativo da Coroa e a elite social. O próprio uso do espaço físico da antiga igreja da Sé de Salvador reproduzia, em termos sociais, a estrutura hierárquica de tal maneira que a localização dos sepultamentos estava marcada pela pertinência a um determinado estamento.

No que se refere ao adro da igreja, área também escavada, o conteúdo arqueológico, formado por acúmulos de resíduos domésticos e restos construtivos das residências das proximidades, permite apontar certos aspectos em termos de *modus vivendi*.

De fato, os vestígios cerâmicos, em especial, revelam as tendências dos hábitos e modismos de certos grupos sociais, de uma maneira que refletia os modelos da metrópole, mas com especificidades derivadas da própria situação colonial. O uso de objetos de cerâmica vermelha fina, pedrados e faianças mostram grupos sociais que se afirmavam na sua condição de elite e uma cidade que se consolida como centro de poder lusitano no Atlântico Sul.

PALAVRAS-CHAVE Salvador da Bahia, séculos XVI-XVII, cerâmica portuguesa, cerâmica europeia, porcelana chinesa, sociedade colonial

Apresentam-se aqui algumas considerações sobre três conjuntos cerâmicos, expressivos tanto em número como variedade, recolhidos entre os anos de 1978 e 2001, na cidade de Salvador da Bahia: no ano de 1978 foi identificada uma embarcação naufragada ao largo do Rio Vermelho que se veio a identificar como o Galeão *Santíssimo Sacramento*, nau capitânia da frota da Companhia Geral do Comercio do Brasil do ano de 1668 (já sob controlo estatal por meio da Junta do Comércio); entre os anos de 1998 e 2000 foi empreendida uma reformulação da Praça da Sé, coincidente com as comemorações dos 500 anos da fundação da cidade, que contou com o acompanhamento e realização de trabalhos arqueológicos¹ que permitiram a localização da antiga Sé de Salvador e a delimitação dos seus antigos adros, correspondentes a reformulações espaciais do local ocorridas nos séculos XVII, XVIII e XIX e, por fim, ainda no âmbito da reestruturação da Praça da Sé, outra campanha arqueológica foi empreendida junto da atual Sé de Salvador, no espaço onde se erigia o Pátios dos Estudos Gerais do extinto Colégio Jesuíta. O conjunto artefactual recolhido na Praça da Sé é, notoriamente o mais numeroso e que maior diversidade

tipológica, morfológica e decorativa apresenta: cerâmica comum de produção local e portuguesa, cerâmica pintada indígena, cerâmica vidrada a óxido de chumbo de produção local e portuguesa, faiança de origem portuguesa, espanhola, italiana, holandesa e inglesa e porcelana chinesa, produções cronologicamente balizadas entre meados do século XVI e inícios do século XIX. Até à data, foram realizados estudos sobre as produções de faiança portuguesa, espanhola e italiana e porcelanas chinesas, ainda que apenas sobre a faiança portuguesa se tenha realizado aprofundado o estudo.

Assim, no que a esta respeito, foram contabilizados na Praça da Sé 7007 fragmentos² que remetem para produções do século XVII, número que representa, aproximadamente, 25% a 30% do total de fragmentos cerâmicos recolhidos. Foram individualizados em 19 gramáticas decorativo-estilísticas, sendo elas: Acantos, Aranhão, Boninas, Contas, Decoração Simples, Desenho Miúdo, Especiais, Figurativo-Naturalistas, Filetes,

1. Da responsabilidade de Carlos Etchevarne, co-autor deste estudo.

2. A contabilização cingiu-se apenas a fragmentos maiores que 4 centímetros e sujeitos a tratamento prévio (triagem e lavagem). Supomos que, fora deste estudo, terão ficado de fora não mais de 500 fragmentos, que não constitui ameaça aos resultados por se tratarem de pequenos fragmentos que irão engrossar os resultados das decorações e morfologias indefinidas.

QUADRO 1. Contagem total dos fragmentos por decorações.

	Ac	Ar	Bo	Co	DS	DM	E	FN	Fi	Fitm	Fitg	He	In	M	R	RC	SD	SC	SP	Total
Praça da Sé	74	184	140	81	525	59	39	46	206	379	280	149	1879	443	276	161	706	1072	308	7007
Pátio dos Estudos Gerais	2	4	1	5	12	4	3	0	0	9	3	5	13	4	8	6	5	13	6	103
Galeão Sacramento	0	84	0	0	1	1	1	0	4	0	14	40	0	0	41	0	1	35	1	223
Total	76	272	141	86	538	64	43	46	210	388	297	194	1892	447	325	167	712	1120	315	7333

Acantos	Ac
Aranhão	Ar
Boninas	Bo
Contas	Co
Decoração Simples	Ds
Desenho Miudo	DM

Especiais	E
Figurativos-Naturalistas	FN
Filetes	Fi
Fitomórficos	Fitm
Fito-geométricos	Fitg
Heráldicos	He

Indefinido	In
Malegueira	Ma
Rendas	Re
Reservas Concêntricas	Rc
Sem decoração	SD
Semicírculos Concêntricos	SC
Sino-portugueses	SP

Fitomórficos, Fitogeométricos, Heráldicos, Indefinidos, Malegueira, Rendas, Reservas Concêntricas, Sem Decoração, Semicírculos Concêntricos e Sino-Portugueses (quadro 1). Estas decorações distribuem-se por variadas morfologias, a saber: Almofia de Bordo Boleado, Almofia de Bordo Extrovertido, Almofia Indefinida, Caixa/Tampa, Especiais, Especial, Fundo Indefinido, Prato de Aba Curta, Prato de Aba Média, Prato de Aba Curta, Prato de Fundo Côncavo, Prato Covo, Prato Indefinido e Tigela/Malga (quadro 2).

Ao Pátio dos Estudos Gerais correspondem 103 fragmentos (quadros 1 e 2), distribuídos pelas mesmas categorias morfológicas e decorativas. No que respeita ao Galeão *Sacramento*, a contagem dos fragmentos procedeu-se de forma distinta: os milhares de pequenos fragmentos (entre 1 e 3 centímetros) que ainda hoje ocupam os técnicos do Museu Náutico da Bahia na tentativa de recomposição de peças não permitiram uma contagem fiável. Por tal, foram apenas contabilizados os fragmentos que permitiram a categori-

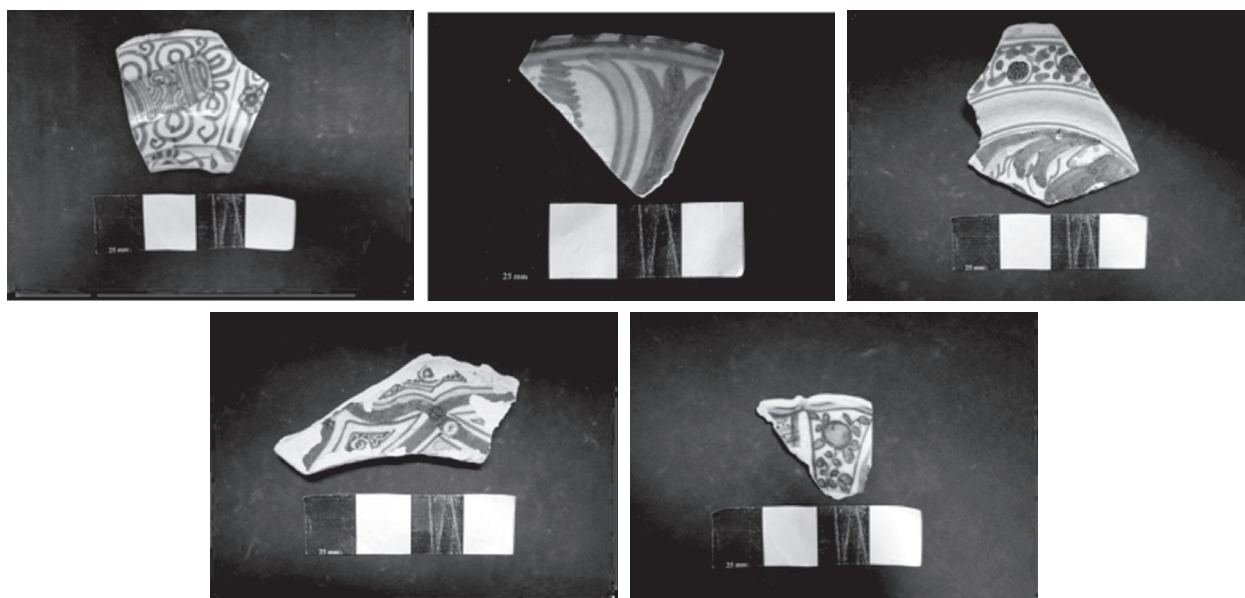
QUADRO 2. Contagem total dos fragmentos por morfologias.

	Sal	C/T	Esp	FI	Ind	PAC	PAL	PAM	PFC	PC	PI	ABB	ABE	ABEx	AI	T/M	Total
Praça da Sé	87	12	160	967	740	164	416	1225	190	57	1203	60	465	83	398	780	7007
Pátio dos Estudos Gerais	3	0	7	9	4	0	2	29	3	4	9	3	7	2	6	15	103
Galeão Sacramento	0	8	6	0	2	0	17	103	0	15	0	0	17	0	0	55	223
Total	90	20	173	976	746	164	435	1357	193	76	1212	63	489	85	404	850	7333

Salseira	Sal
Caixa/Tampa	C/T
Especial	Esp
Fundo Indefinido	FI
Indefinido	Ind
Prato de Aba Curta	PAC

Prato de Aba Média	PAM
Prato de Aba Larga	PAL
Prato de Fundo Côncavo	PFC
Prato Covo	PC
Prato Indefinido	PI
Almofia de Bordo Boleado	ABB

Almofia de Bordo Espessado	ABE
Almofia de Bordo Extrovertido	ABEx
Almofia Indefinida	AI
Tigela/Malga	T/M

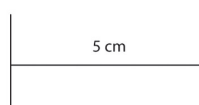
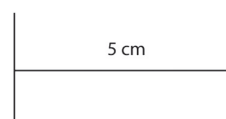
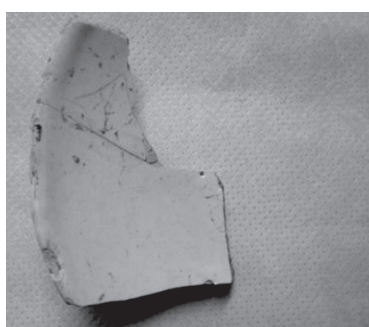


1. Decoração associadas a produções entre finais do século XVI e a primeira metade do século XVII: Boninas, Fitomórficos, Fitogeométricos, Reservas Concêntricas e Sino-portugueses (da esquerda para a direita, de cima para baixo).

zação morfológica e/ou decorativa, totalizando assim 223 fragmentos/peças (quadros 1 e 2).

Pelas perturbações pós-deposicionais atrás referidas, a contextualização estratigráfica dos fragmentos da Praça da Sé, o conjunto mais numeroso, não permite aferições de teor crono-estratigráfico, pelo que nos é impossível avançar com cronologias relativas para os vestígios ou sua associá-los a momentos de deposição. No entanto, tratando-se de faiança portuguesa e com base nos estudos artísticos e decorativos de Arthur de Sandão, Reynaldo dos Santos e Rafael Salinas Calado e que, mais tarde, vieram a ser complementados com as investigações de âmbito arqueológico de Steven Pendery (América do Norte), Michiel Bartels (Países Baixos), Jan Baart (Amesterdão) e a equipa de arqueólogos que escavou

a Casa do Infante (Porto), podemos associar determinadas gramáticas decorativas a períodos de produção/consumo mais ou menos restritos: assim, a um extenso grupo de fragmentos de Boninas, Fitomórficos, Fitogeométricos, Reservas Concêntricas e Sino-Portugueses (fig. 1), associamos cronologias entre o fim do século XVI e meados do século XVII, num total de 1474 fragmentos. Ao final do século XVI fazemos ainda recuar os fragmentos Malegueira que, apesar de não apresentarem decoração (exceto dois fragmentos), apresentam uma pasta que varia entre o amarelo e o vermelho e um esmalte amarelado, brilhante e poroso, associados a morfologias específicas como Prato de Fundo Côncavo (de aba curta de perfil côncavo e caldeira em calote) e Salseiras, totalizando 443 (fig. 2). A utilização do óxido



2. Produções Malegueira e morfologias associadas a produções de finais do século XVI: Prato de Fundo Côncavo e Salseira (de cima para baixo).

de manganês para obter tons vinoso, iniciada em meados do século XVII, não tem muita expressão neste conjunto: podemos observá-la nas gramáticas decorativas Acantos, Aranhão e Desenho Miúdo, que totalizam 217 fragmentos.

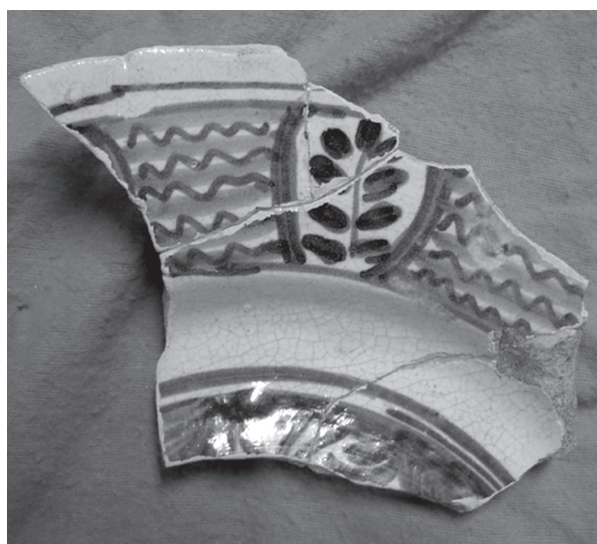
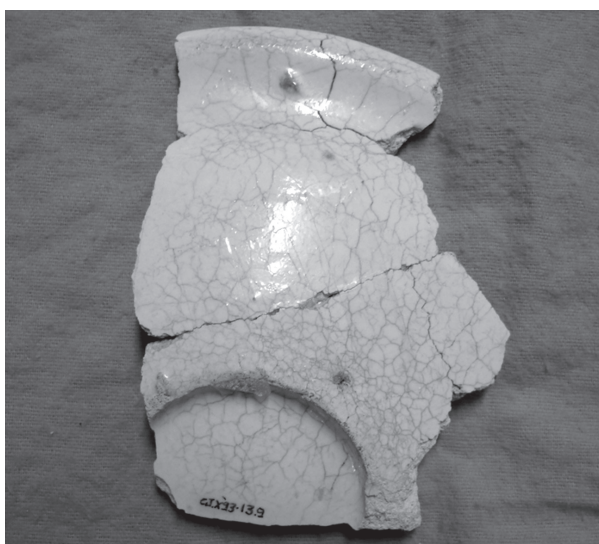
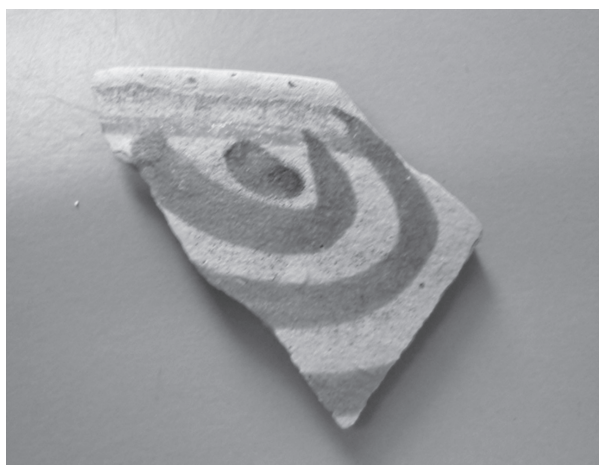
Estes dados, ainda que baseados em apreciações crono-decorativas, encontram no contexto histórico uma possível correspondência: a criação da Companhia Geral do Comércio do Brasil em 1648 veio modificar o sistema e organização de transporte de mercadorias entre o espaço metropolitano e colonial. O domínio dos grandes investidores/mercadores no transporte e venda de vinho, azeite, farinha de trigo e bacalhau na colônia brasileira e consequente compra de açúcar para revenda nas praças europeias, com o intuito de grandes lucros, terá afastado dos circuitos comerciais as produções de faiança e demais cerâmica portuguesa, refletindo-se numa quebra de disponibilidade no mercado colonial e, assim, numa diminuição dos fragmentos associados a cronologias de segunda metade do século XVII. Desta forma, como produto de menor expressão lucrativa, a faiança portuguesa andaria associada a tratos comerciais de menor envergadura e de maior heterogeneidade de mercadorias.

A documentação de que dispomos não clarifica esta situação, mas sustenta-a: os dados recolhidos por Manuel Leão dos registos das sisas recolhidas pelo Cabido do Porto a todas as embarcações que entravam na Barra do Douro evidenciam a participação de pequenos e médios mercadores no tráfico de cerâmica para a colônia, para a qual terão sido transportadas entre 1681 e 1695 mais de 60.000 dúzias de "loija branca"³, num máximo de 9 caixões em cada embarcação, cuja capacidade poderia ascender aos 210 caixões⁴. Um número reduzido que prova a reduzida expressão que este produto teria no comércio ultramarino.

O conjunto do Pátio dos Estudos Gerais revela-se mais pobre no que respeita às gramáticas decorativas identificadas (quadro 1): os locais de exumação correspondem a silos colmatados com sedimentos durante a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII, quando se procedeu à construção do Pátio, reorganizando toda a área que antes faria parte do

3. Dados estimados através da consulta da listagem elaborada por Leão, 1999.

4. A capacidade de cada embarcação foi ponderada a partir da obra de Costa, 2002, p. 94.



3. Fragmentos recolhidos nas escavações do Colégio dos Jesuítas: Semicírculos Concêntricos, Rendas, Malegueira e Sino-portugueses (da esquerda para a direita e de cima para baixo).

terreiro da primeira igreja jesuíta (Costa, 2005), pelo que estamos perante um conjunto menor de descarte, resultado apenas de um grupo de religiosos e não de quarteirões urbanos, grupo que vivia modestamente e sem intenções de ostentação de riqueza e poder (a dimensão e proporção das instalações assim como das celebrações eucarísticas e festivas eram o meios utilizados na demonstração do seu poder e influência⁵), pelo que os vestígios de produções profusamente decoradas são escassos e de média/baixa qualidade (fig. 3), salvo raras exceções.

O conjunto do Galeão *Sacramento* é, até hoje, o único que apresenta uma grande quantidade de faiança portuguesa com uma datação de depósito absoluta (5 de Maio de 1668) (Mello, 1979) que, por esta mesma situação, apresenta grande quantidade de peças inteiras ou completamente restituídas à sua forma original: 233 fragmentos/peças distribuem-se, na sua maior parte, em quatro grupos decorativos: Aranhões, Heráldicos, Rendas e Semicírculos Concêntricos. Em todos eles se identificaram variadas morfologias: Pratos de Aba Média, Pratos Côvos, Tigelas, Malgas e Almofias de Bordo Espessado, proporcionando uma visão de conjunto de uma gramática decorativa aplicada a distintas morfologias. Assim, através deste espólio e pelas condições em que foi transportado, é-nos permitido perceber que a via comercial não era exclusiva e nem seria a mais importante para a introdução de peças cerâmicas portuguesas no espaço colonial, sendo o transporte pessoal, impossível de quantificar, uma via tão ou mais importante que as transações comerciais, não descartando a hipótese de estes “serviços” servirem também dentro da embarcação⁶. Ao transporte pessoal, que terá contribuído para a circulação de cerâmica metropolitana entre os espaços ultramarinos, ter-se-á associado o ato de encomenda de peças personalizadas, que podemos observar neste mesmo conjunto: Apesar de ser uma gramática heráldica profusamente replicada e até “banalizada” a elemento decorativo sem sentido heráldico, a representação do escudo peninsular com leão rampante coroadado de elmo e paquífe, associada às armas da família Silva, aparece em 26 fragmentos/peças, sob morfologias distintas: Pratos de Aba Média, Tigelas e Caixas/Tampas (fig. 4).

Ainda sem um estudo pormenorizado, vamos encontrar no conjunto da Praça da Sé um vasto conjunto de produções cerâmicas comuns e vidradas portuguesas. A permanência de morfologias ao longo do século

XVI, XVII e XVIII e as perturbações estratigráficas não permitem uma visão mais clara da cronologia dos fragmentos, que só um estudo por paralelismo com outros conjuntos cronologicamente situados poderá clarificar. No entanto, a sua expressão no total do conjunto é notória e, mais uma vez, pode ser entendida à luz das pequenas trocas comerciais que se davam entre os dois espaços e cujos registos das sisas do Cabido do Porto sustentam: nestes, à parte da utilização de termos como “loíça branca”, “loíça branca ordinária” e “loíça branca grosseira”, que entendemos se tratar de faiança, as designações utilizadas são muito genéricas, apenas se referindo que determina embarcação



4. Fragmentos recolhidos no Galeão *Santíssimo Sacramento*, ostentando armas, atribuídas à família Silva.

5. Vejam-se as descrições de Fernão Cardim das instalações assim como das celebrações e alfaias litúrgicas utilizadas nos finais do século XVI, Cardim, 1997.

6. Lembramos o comentário de Fernão Cardim aos jantares entre o Padre Visitador e o Governador empossado Manuel Telles Barreto a bordo da nau Chagas de S. Francisco. Cardim, 1999, p. 215.

transporta “loixa”. Ainda assim, casos há em que esta é especificada pela sua natureza, descrita como “louça da terra” ou “louça preta” (Leão, 1979), as quais entendemos se tratar de cerâmica comum de argilas vermelhas e pretas.

Faltando também a estes um estudo mais atento, os fragmentos/peças de cerâmica comum recuperados do Galeão *Sacramento* poderão clarificar este panorama, permitindo um ponto de comparação morfológica com cronologia de descarte absoluta. Certamente para utilização dentro da própria embarcação, poderiam, tal como as faianças, ser introduzidas nos circuitos coloniais.

Ainda dentro das produções portuguesas vamos encontrar vestígios de peças de paredes finas com decorações relevadas. A fragilidade destas peças associada às perturbações estratigráficas e rolamento dos fragmentos após descarte terão potenciado o reduzido número de fragmentos recolhidos. No entanto, a circulação destas produções terá se realizado em moldes distintos das demais produções portuguesas: normalmente associadas a mercados consumidores de alto poder aquisitivo e revestidas de um grande *valor social acrescentado*, terão estado ausentes nas transações comerciais ultramarinas, circulando entre o espaço metropolitano e colonial apenas através do transporte pessoal e em circuito social fechado.

Na Praça da Sé e no Pátio dos Estudos Gerais foram identificadas, em menor número, algumas produções esmaltadas oriundas de outros centros europeus: espanholas, italianas, holandesas e inglesas, sendo os vestígios desta última em menor número e correspondentes a produções do século XIX, fora do contexto colonial. No que respeita aos outros vestígios de produções europeias, remetem todos para cronologias entre a segunda metade do século XVII e final do século XVII. As produções espanholas identificadas remetem para produções da segunda metade do século XVI, em menor número, como o exemplar de Malga de ou de Prato de Ônfalo, de origem sevilhana, denominada “S.Domingo Blue on White”. No entanto, grande parte dos fragmentos é enquadrável no século XVII e remetem para o que pensamos se tratar de produções de contrafação de faiança azul *berettino* lígures, denominados “blue on blue”, de origem sevilhana: pastas alaranjadas de grossa granulometria e elementos não plásticos médios, porosas, associadas a esmaltes azuis escuros espessos, com impurezas, porosos, com decorações, a azul mais escuro, fitomórficas e geométricas. Este tipo de produção, pouco documentada em

Portugal⁸, tem sido identificado em alguns locais da América Central, especificamente em antigas possessões coloniais espanholas e aparece associada, como no nosso caso, a produções originais lígures (Lister e Lister, 1976, p. 316).

Identificadas também no conjunto da Praça da Sé, podemos associar estas produções lígures às gramáticas decorativas, atualizadas por Carlos Varaldo, de *Calligrafico a volute tipo C* (Varaldo, 1992, p. 172) na sua maioria e alguns fragmentos associados a *Decorazione a quartiere* (Varaldo, 1992, p. 173), produzidas ao longo do século XVI⁹. Também de origem lígure, foi identificado um conjunto de fragmentos de produções de alta qualidade técnica e decorativa, de paredes finas, esmalte azul claro brilhante e decoração a azul escuro de traço fino, entre os quais puderam ser registados dois fundos com marca de centro produtor, remetendo para produções da segunda metade do século XVII da cidade de Savona.

Apenas três fragmentos com decoração policroma (azul, amarelo e verde) foram recuperados e associados a produções italianas do século XVI, atribuídas ao centro produtor de Montelupo.

Os fragmentos de origem holandesa são em número reduzido e, por não terem sido ainda foco de estudo atento, não nos é ainda permitido aferir balizas cronológicas ou centros produtores de origem, mas, através da comparação com peças de acervos museológicos portugueses, depreendemos que se poderão tratar de produções de meados do século XVII das olarias de Delft.

As produções inglesas recolhidas e identificadas remetem para cronologias já do século XIX e, portanto, fora do contexto social/material colonial que aqui expomos. Este tipo de produções são muito comuns em contextos arqueológicos do século XIX no espaço colonial brasileiro e são testemunho da intensa atividade comercial que operou nesse território após a *Abertura dos Portos* por D. João VI em 1808.

Se a total dependência do Estado do Brasil perante o tráfico comercial com a metrópole justifica e explica a presença de tamanha quantidade de fragmentos de faiança portuguesa em contexto arqueológico, as produções europeias identificadas não podem ser entendidas da mesma forma. O tráfico comercial entre as demais potências europeias e a colônia brasileira era altamente controlado e restrito, apenas existindo com o

8. Retemos para o estudo publicado nestas mesmas Atas por Paulo Botelho intitulado “Produções Sevilhanas – “blue on white” e “blue on blue”. No contexto das relações econômicas e comerciais entre o litoral Algarvio e a Andaluzia”.

9. Carlos Varaldo, através de vestígios destas produções recolhidos em escavações na catedral de Albenga e anteriores a 1582-86, atualiza as gramáticas decorativas estabelecidas por Farris e Ferrarese, 1969, p. 11-45.

7. Conceito de Torres, 1994, p. 119.

consentimento das autoridades reguladoras (o Rei/Governo-Geral do Brasil e Governadores de Capitanias). São vários os exemplos da participação e autorização concedida a embarcações e investidores castelhanos, italianos e holandeses para aportar nos portos lusitanos e introduzir-se nas rotas comerciais ultramarinas: se a interdependência entre o mercado português e espanhol foi facto durante a União Dinástica, a uma escala global, a participação de italianos (genoveses especialmente) também o foi na constituição e manutenção das frotas da Companhia Geral do Comércio do Brasil. Desta foram, criavam-se vias de introdução de produções de cerâmica esmaltada europeias no espaço colonial português que justificam a presença destas em contextos arqueológicos ultramarinos.

Para além de produções europeias, vamos encontrar no quotidiano colonial produções orientais, nomeadamente porcelana chinesa. Publicamos nestas Atas um estudo mais pormenorizado sobre um conjunto de 420 fragmentos recolhidos na Praça da Sé¹⁰. Importa aqui referir que foram identificadas produções de um largo espectro cronológico: entre finais do século XVI e meados do século XVIII, em linha com o desenvolvimento de Salvador da Bahia, a partir de meados do século XVII, como porto de escala na volta da Rota do Cabo, proporcionando aos mercadores da cidade o acesso direto a bens orientais, gerando uma maior circulação destes no quotidiano colonial. A título de exemplo lembre-se a nau de António de Melo de Castro, Vice-Rei da Índia, que aportou no porto de Salvador, depois de sair de Goa em 1667, para reparações, só retomando o caminho para Lisboa em meados de 1668 ou o Galeão Santo André, naufragado em 1734 na Bahia de Todos os Santos vindo de Goa, cuja carga era composta por uma grande quantidade de porcelana chinesa de exportação, principalmente malgas, caixas e estatuetas¹¹.

Por fim, um grupo muito reduzido de fragmentos foi recuperado na Praça da Sé e atesta a presença de comunidades indígenas na cidade ou em redor desta, possivelmente fixadas na área de Sé e seu adro antes da construção destes.

10. Porcelana Chinesa em Salvador da Bahia (séculos XVI a XVIII)

11. Porcelana Chinesa em Salvador da Bahia (séculos XVI a XVIII).

Pelo que mostramos, a heterogeneidade cerâmica no quotidiano colonial evidencia grande proximidade com os modos de vida da sociedade metropolitana: afastados da sua terra-natal, os colonos tentavam recriar o modelo de vivência e organização social que tinham deixado em Portugal. Desta forma, a identificação de produções esmaltadas europeias em contexto colonial permite correlações com a sociedade fixada neste espaço: a sociedade moderna portuguesa (e, de um modo geral, europeia) hierarquizava-se com base em graus de nobreza, de dignidade, de proeminência social (Monteiro, 2005), conceitos necessariamente materializados na exclusividade de lugares em cerimónias públicas, penas aplicadas diferenciadas e na posse de determinados objetos e produtos que, além do seu valor monetário, possuíam um *valor social acrescentado*, como seriam as produções de maior qualidade de faiança portuguesa, produções espanholas, italianas e porcelanas chinesas. Estas, disponíveis em maior diversidade e qualidade na Metrópole, deveriam adquirir maior valor social em espaço colonial, pela menor disponibilidade inerente à sua circulação irregular e secundária nos circuitos comerciais¹². Assim, a efetiva circulação no espaço colonial destas atesta a transposição do modelo social metropolitano para a colónia brasileira e a intenção de montar um esquema semelhante de organização e hierarquização da sociedade, potenciado pela organização político-administrativa da colónia e sua exploração económica.

Em suma, o decalque da estrutura social metropolitana no território colonial permitiu a criação de um mercado consumidor de bens cerâmicos, cuja razão de existência ultrapassava o carácter utilitário, revestindo-se, tal como em Portugal, de um determinado valor social.

12. Lembre-se que o comércio entre o Brasil e Portugal (ou outras potências europeias) se fazia pelo eixo do açúcar: era a importação de açúcar e sua revenda no espaço europeu que dominava as trocas comerciais. Os produtos europeus vendidos no espaço brasileiro, à parte do vinho, azeite, farinha de trigo e bacalhau, de circulação monopolizada pela Companhia Geral do Comércio do Brasil a partir de 1649, raramente eram vendidos com o intuito do grande lucro (Costa, 2002).

BIBLIOGRAFIA

AA.VV. (2005) – *Le ceramiche liguri*, coord. Loredana Pessa, Musei e Collezioni della città di Génova, Silvana Editoriale, Génova.

CARDIM, F. (1997) – *Tratados da terra e das gentes do Brasil*, transcrição, introdução e notas de Ana Maria de Azevedo, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

COSTA, C. (2005) – *A influência jesuítica na configuração da malha urbana de Salvador (1549-1760)*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Pernambuco.

COSTA, L. F. (2002) – *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil 1580-1663*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

FARRIS, G. e FERRARESE A. V. (1969) – Contributto alla conoscenza della tipologia e della stilistica della maiolica ligure del XVI secolo, in *Albisola*, II, p. 11-45.

GOMES, M. V. e GOMES R. V. (1998) – Cerâmicas, dos séculos XV a XVII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal, in *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela: Câmara Municipal.

LEÃO, M. (1999) – *A cerâmica em Vila Nova de Gaia*, Fundação Manuel Leão, Vila Nova de Gaia.

LISTER, F. C. e LISTER, R. H. (1976) – Ligurian Maiolica in Spanish America, in *Atti IX Convegno Internazionale della Ceramica*, Centro Ligure per la storia della ceramica, Albisola.

MELLO, U. P. (1979) – The shipwreck of the galleon *Sacramento* – 1668 in Brazil, *The International Journal of nautical Archaeology and Underwater Exploration*, n.º 83.

MONTEIRO, N. G. (2005) – Ethos Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social, in *Almanak Brasileiro*, n.º 2.

TORRES, J. V. (1994) – Da Repressão à Promoção Social, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 40, Outubro de 1994.

VARALDO, C. (1992) – La maiolica ligure del cinquecento nello scavo della cattedral di Albegna, in *Atti XXV Convegno Internazionale della ceramica*, Centro Ligure per La Storia della Ceramica, Albisola.